

CONEXÕES DE PRIMEIRA CLASSE

Contrabando, Corte Ilegal de Madeira e Corrupção em Moçambique



AGRADECIMENTOS

Este documento foi produzido com assistência financeira do Departamento de Desenvolvimento Internacional (DIFD em inglês) do Programa de Governança Florestal e Clima do Governo Britânico.

O conteúdo e a responsabilidade única da EIA e não pode ser considerado como a posição da DIFD

Desenho do relatório:
www.designsolutions.me.uk

Fevereiro 2013

CAPA:
Armazém de toras em Beira. © EIA

CONTEÚDO

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

2 INTRODUÇÃO

4 DISCREPÂNCIAS DESTRUTIVAS

7 ESTUDOS DE CASO DE CRIMES

12 CONCLUSÕES

13 RECOMENDAÇÕES

14 REFERENCIAS

SUMÁRIO EXECUTIVO

Detalhando as descobertas do trabalho secreto feito por investigadores da EIA em Moçambique e apontando as discrepâncias dos dados do comércio de madeira, este relatório providencia provas convincentes sobre como a demanda insaciável da China por madeira está diretamente conduzindo ao corte ilegal e ao contrabando de madeira em Moçambique, roubando deste país empobrecido recursos significantes.

Discrepâncias nos dados comerciais indicam que, em 2012, companhias chinesas importaram entre 189.615 e 215.654 metros cúbicos de madeira, exportados ilegalmente de Moçambique – constituindo 48% de todas as importações da China do país.

Ademais, as pesquisas da EIA demonstram que as importações da China de Moçambique em 2012 excedem massivamente não só as exportações licenciadas, mas também excedem o licenciamento florestal em 154.030 metros cúbicos – gerando uma porcentagem alarmante de 48% de corte ilegal no país.

Tais crimes custam a Moçambique milhões de dólares

a cada ano em impostos perdidos, recursos cruciais para o quarto país mais subdesenvolvido do mundo.

Elaborado a partir de um relatório da EIA de novembro de 2012 sobre as importações ilegais de madeira da China, este relatório providencia casos de estudo de algumas das maiores companhias que hoje estão cometendo estes crimes em Moçambique, expondo as técnicas de contrabando, o clientelismo político e a corrupção que o facilita.

Finalmente, este relatório faz claras recomendações ao governo moçambicano de como eliminar o corte e comércio ilegal de madeira, para proteger as florestas dos comerciantes ilegais.



© EIA

INTRODUÇÃO

O COMÉRCIO SOBE ENQUANTO AS ÁRVORES CAEM

Tendo emergido de uma sangrenta guerra civil apenas em 1992, Moçambique presenciou um aumento do comércio que resultou em um impressionante boom econômico, apresentando um crescimento médio anual de 7,2% durante a última década.¹ No entanto, este boom tem fomentado a corrupção, não tem combatido a pobreza e tem ameaçado o uso sustentável dos recursos naturais. Transparency International classificou Moçambique como o 51º país mais corrupto do mundo.² O país também foi classificado como o quarto mais subdesenvolvido de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2012,³ com os custos de degradação ambiental chegando a \$370 milhões anualmente.⁴ Em 2010, agricultura, silvicultura, pesca e caça foram os setores que mais contribuíram ao PIB, constituindo 30,9% do total, demonstrando a importância do setor florestal para o crescimento econômico do país.⁵

As florestas de Moçambique ocupam uma extensão de 51% da superfície do país, sendo que a maior parte desta se encontra nas quatro províncias do norte.⁶ As florestas produtivas (para a produção madeireira) cobrem cerca de 26,9 milhões de hectares (ha).⁷ A proporção anual do desmatamento entre 2005-2010 foi estimada em 211.000ha.⁸

O COMÉRCIO MADEIREIRO SINO-MOÇAMBICANO

As relações sino-moçambicanas começaram durante a guerra de independência entre Moçambique e Portugal, quando a China providenciou treinamento militar e assistência financeira para a Frente de

Libertação de Moçambique (FRELIMO), o partido que governa o país desde o fim da guerra civil em 1992.⁹ Construído sobre a base destas alianças políticas e militares, o comércio entre os dois países tem crescido rapidamente durante a última década. Em 2008, a China se tornou o segundo maior investidor em Moçambique,¹⁰ com o comércio bilateral de 2012 alcançando \$1.1 bilhões.¹¹

A China necessita de madeira bruta para facilitar o crescimento contínuo de suas indústrias de processamento de madeira, as quais são sustentadas pelas exportações e pelo consumo interno de produtos de madeira. Com uma proibição de corte cobrindo a maior parte das florestas produtivas da China desde 1998, o déficit de madeira na China está sendo atendido por importações de economias emergentes, como Moçambique.

As espécies de tora de “primeira classe” – particularmente as espécies de Pau Ferro, Mondzo, Chanate, Jambiree Umbila, - estão em alta demanda na China para a produção de móveis de estilo antigo e assoalhos, e majoritariamente abastecem o florescente mercado doméstico chinês.¹² Em 2011, algumas províncias moçambicanas identificaram que mais de 90% de todas as exportações de madeira em tora e serrada foram a China,¹³ uma tendência que também foi identificada em anos anteriores.¹⁴

Consequentemente, as espécies de madeira de primeira classe – cuja exportação em tora é proibida – constituíram uma porcentagem massiva de 95% de todos os licenciamentos florestais em 2009,¹⁵ o que enfatiza a influência poderosa das companhias chinesas em termos do uso da madeira de primeira classe e do comércio com Moçambique.

ACIMA:

Um caminhão carregando toras em Beira.

“Madeira de primeira classe constituiu 95% do licenciamento florestal de 2009”

“A exportação de espécies de “primeira classe” é proibida, e requer o processamento em Moçambique antes de sair do país”



LEIS FLORESTAIS

As leis mais importantes que regulam o setor florestal são: a Lei de Florestas e Fauna Bravia de 1999¹⁶ e sua regulação de 2002.¹⁷ O Ministério de Agricultura implementa estas leis, em coordenação com a Direção Nacional de Terras e Florestas (DNTF).

A lei de 1999 divide a exploração florestal de acordo com dois regimes: concessões e licenças simples. As concessões são oferecidas tanto a solicitantes nacionais como a não nacionais, para áreas maiores de 20.000 ha, e requerem um plano de manejo, enquanto que as licenças simples só podem ser obtidas por moçambicanos, com limites de exploração de 500m³ por ano, com prazos de renovação de 5 anos.¹⁸

As leis mencionadas dividem as 118 espécies comerciais de madeira em 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e “preciosa” classes, refletindo a qualidade, uso, demanda da madeira, e os impostos a serem aplicados. É importante mencionar que a exportação em tora das 22 espécies de primeira classe é proibida, e requer o processamento em Moçambique antes de sair do país.¹⁹

Apesar desta proibição parcial, o comércio ilegal de madeira com a China está seriamente debilitando a governança florestal e os esforços do governo de Moçambique na aplicação das leis correspondentes, estimulando também a corrupção.



© EIA

DISCREPÂNCIAS DESTRUTIVAS

Uma análise dos dados do comércio madeireiro sino-moçambicano durante os últimos seis anos demonstra um claro padrão de corte ilegal e de contrabando de madeira.

Em 2012, o governo de Moçambique registrou exportações de 260.385 metros cúbicos de madeira em tora e serrada ao mundo, incluindo a China,²⁰ enquanto que a China registrou importações de 450.000 metros cúbicos de madeira em tora e serrada de Moçambique.²¹

A discrepância é de 189.615 metros cúbicos, constituída quase inteiramente de madeira em tora contrabandeada fora de Moçambique por empresas chinesas, e provavelmente composta primariamente por espécies de “primeira classe” – as quais são proibidas de serem exportadas em tora.

Em 2012, a China registrou importações de 323.000 metros cúbicos de madeira em tora de Moçambique, enquanto que Moçambique registrou exportações globais de madeira em tora para o mesmo período de apenas 41.543 metros cúbicos.

A escala do contrabando é espantosa - com a discrepância constituindo 42% do total das importações registradas pela China de Moçambique em 2012, e um ainda maior 72% do total de exportações de madeira de Moçambique registrados para os mercados globais naquele ano.

Enquanto que 2012 demonstrou a discrepância mais alta dos últimos anos, o padrão do contrabando já era perceptível há alguns anos. Entre 2007 e 2012, mais de 707.025 metros cúbicos das importações chinesas de madeira moçambicana não foram registrados como exportações por Moçambique.

A perda financeira deste comércio ilegal é significativa. Em 2010, as exportações de

madeira moçambicana a China foram de \$49 milhões, enquanto que as importações de madeira proveniente de Moçambique registradas na China foram de \$134 milhões, indicando que \$85 milhões desapareceram.²²

Contabilizando o fato de que a China importa 90% de toda madeira exportada de Moçambique (e não todas as exportações globais de Moçambique), se pode inferir que 215.654 metros cúbicos, ou 48% de todas as importações da China em 2012, não foram registrados como exportações pelas autoridades de Moçambique.

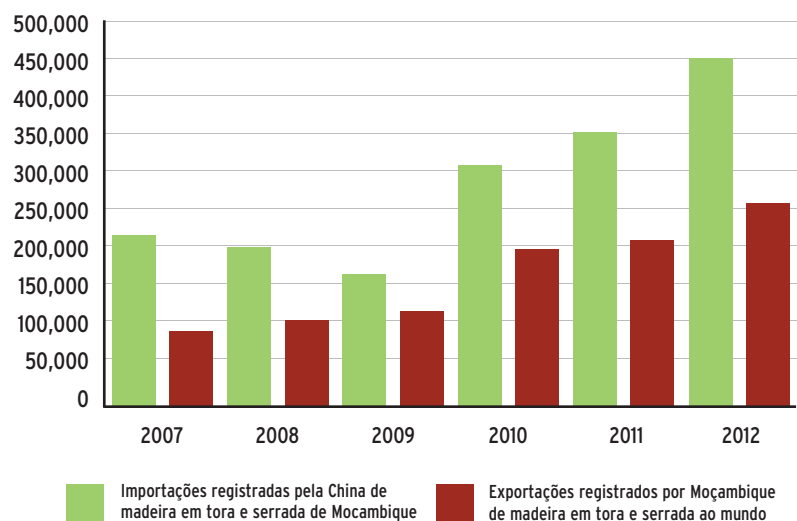
Aplicando esta mesma lógica aos últimos 6 anos, se pode inferir que 804.622 metros cúbicos de madeira provenientes de Moçambique – principalmente madeira em tora – foram contrabandeados para a China entre 2007 e 2012.

ACIMA:

Madeira tropical esperando a ser exportada em um armazém perto do Porto de Beira.

FIGURA 1
Comparação de importações Chinesas e exportações Moçambicanas de madeira em tora e serrada em metros cúbicos de 2007-2012²³

Fonte: (Informação dos relatórios anuais da Direcção Nacional de Terras e Florestas, e da Administração Geral de Alfandegas da Republica Popular da China)



“As importações de madeira Moçambicana da China excederam o licenciamento florestal por 154,030 metros cúbicos para 2012”

CORTE ILEGAL DE MADEIRA EM MOÇAMBIQUE

Com o crescimento do volume de madeira comercializado entre China e Moçambique, é possível identificar como o contrabando que abastece a demanda chinesa está diretamente contribuindo ao corte ilegal de madeira em Moçambique.

O licenciamento florestal de Moçambique em 2012 foi de 321.370 metros cúbicos, o mais alto desde 2007.²⁴ Utilizando um cálculo de conversão de 80% para as importações de madeira serrada da China (Roundwood Equivalent em inglês – RWE), e juntando isso as importações de madeira em tora, um total de 475,400 metros cúbicos de madeira em tora teria que ser colhido para fornecer os registros de importações Chinesas de madeira Moçambicana para 2012.²⁵ Isso indica que as importações de madeira Moçambicana da China excederam o licenciamento florestal por 154,030 metros cúbicos para 2012 – gerando uma taxa de corte ilegal de 48% no país.

De fato, entre 2007 e 2012 as importações registradas pela China de Moçambique excederam o licenciamento

florestal em todos os anos, com exceção de 2009. Durante este período, companhias chinesas importaram 401.181 metros cúbicos (RWE) acima do licenciamento florestal de Moçambique.

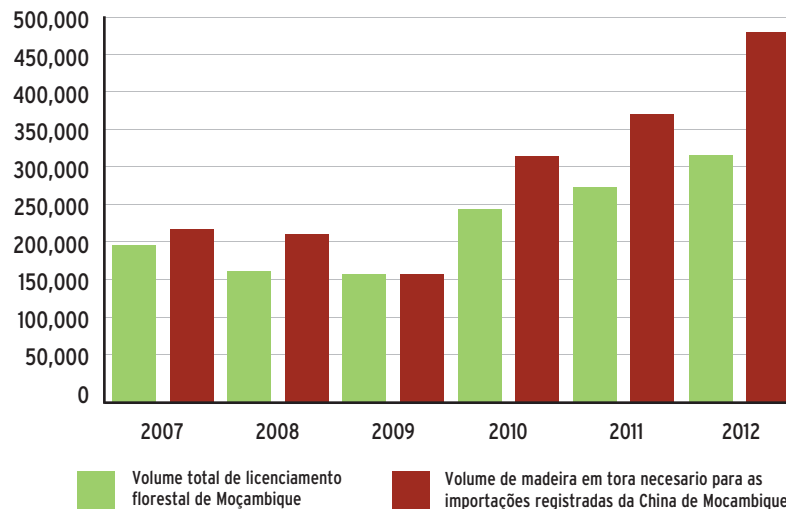
Desde 2007, o Corte Anual Admissível (CAA) de Moçambique tem sido de 515.672 metros cúbicos por ano,²⁶ o qual contribui para a definição do licenciamento florestal. Em 2012, as importações de madeira da China de Moçambique aumentaram 22%, somente 40.000 metros cúbicos abaixo do CAA de Moçambique. Se este comércio continuar aumentando de tal maneira, as importações chinesas excederão o CAA de Moçambique em 2013.

Nenhuma destas estatísticas inclui exportações para outros mercados, ou o consumo nacional de madeira em Moçambique, os quais, se incluídos, revelariam índices de corte e de comércio total de madeira em Moçambique dramaticamente maiores que os índices legais e sustentáveis.

Como se pode perceber, a maioria do comércio sino-moçambicano não é apenas ilegal, mas provavelmente está desmatando as florestas de Moçambique além do seu rendimento máximo sustentável.

FIGURA 2
Comparação das importações Chinesas com o licenciamento florestal em Moçambique em metros cúbicos de 2007-2012

Fonte: (Informação dos relatórios anuais da Direcção Nacional de Terras e Florestas, e da Administração Geral de Alfandegas da Republica Popular da China)



ABAIXO:
Madeira em tora de primeira classe armazenadas perto do Porto de Beira.





© EIA

© EIA

IMPOSTOS NÃO PAGOS

A EIA também estimou quantos recursos estão sendo perdidos por Moçambique em impostos não arrecadados devido ao comércio ilegal de madeira. A Lei n.º 7/2010 da Taxa de Sobrevalorização requer do exportador de madeira o pagamento de 20% de imposto sobre o preço f.o.b. da madeira em tora, baixando a 15% para a madeira serrada.²⁷ Prevendo que as exportações sem licença eram de 50% de madeira em tora e 50% de madeira serrada, a EIA estima que cerca de \$22.896.011 em impostos foram perdidos devido as exportações não licenciadas para a China em 2012, as quais chegaram a um valor cerca de \$130.834.350.²⁸

Ademais, a Tabela 2 do anexo do Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia de 2002²⁹ indica os impostos que devem ser pagos na exploração das diferentes classes de madeira.³⁰ Presumindo uma estimativa média entre os impostos mais altos a pagar para as classes preciosas de madeira, e os impostos mais baixos a ser pagos para as espécies da 4ª classe, EIA calcula uma perda de impostos de \$6,276,339 só para 2012.³¹

Estas duas estimativas demonstram uma perda total de \$29.172.350 apenas em 2012, atribuída exclusivamente ao comércio não regulado de madeira com a China.

Os custos estimados para o sistema de fiscalização do Programa Nacional Florestal de Moçambique entre 2006 e 2010 foi de \$1.051.470, enquanto que os custos totais de zoneamentos e inventários florestais para o mesmo período chegaram a \$10.716.911.³² Estes custos teriam sido pagos por quase três décadas se os referidos impostos fossem arrecadados, o que ajudaria a resolver alguns dos problemas de fiscalização e aplicação das leis florestais.

A RPP (do inglês Readiness Preparation Proposal) de Moçambique, em preparação para REDD+, solicita fundos internacionais para fortalecer a aplicação da lei florestal, indicando que o país só possui 1.069 fiscais florestais: um fiscal para cada 83.000 ha de florestas, mais baixo do que o recomendado de um fiscal para cada 5.000 ha, necessário para controlar adequadamente o crime florestal. Ademais, as concessões florestais não são propriamente demarcadas, faltando as indústrias de processamento requeridos pela lei, com uma falta de engenheiros florestais, registros de baixa qualidade e um sistema de tributação ineficiente. A proposta de Moçambique de \$16.675.000 para REDD+ tem como objetivo resolver estes problemas.³³ O inteiro programa e mais poderia ter sido financiado se o governo tivesse arrecadado os referidos impostos para 2012.

Outras perdas mais difíceis de estimar também estão ocorrendo. Estas incluem: o imposto sobre o lucro de 32%,³⁴ o imposto anual da concessão florestal determinado pelo MINAG, e o imposto de exploração, o qual destina 20% dos impostos arrecadados a comunidades locais, e que reduz em valor quando acontece o corte ilegal.³⁵ Este último imposto incentiva a silvicultura comunitária, a qual poderia trabalhar em conjunto com o setor privado e as agências estatais de fiscalização para prevenir o corte acima do licenciado. No entanto, em um país com níveis de corrupção tão altos como em Moçambique, tais esquemas não possuem muita chance de sucesso.

Enfim, a perda de milhões de dólares, e o entrave ao desenvolvimento que estes recursos poderiam financiar, é inaceitável para um país classificado como o 4º mais subdesenvolvido do mundo pelo Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2012.

TOPO:

Caminhão carregando toras e parado no lado da rua em Beira.

ACIMA:

Madeira de primeira classe esperando exportação.

ESQUERDA:

Containers de madeira serrada no armazém da Fan Shi.

“Moçambique perdeu \$29.172.350 apenas em 2012, atribuída exclusivamente ao comércio não regulado de madeira com a China”

ESTUDOS DE CASO DE CRIMES



© EIA

Os estudos de caso que seguem enumeram as principais descobertas das investigações realizadas por EIA em Moçambique em setembro de 2012, com ênfase numa série de reuniões secretas realizadas com companhias relevantes do setor madeireiro de Moçambique.

MOFID

“É apenas uma questão de preço”

Em setembro de 2012, investigadores da EIA reuniram-se com representantes de Mozambique First International Development (MOFID), uma empresa constituída em Moçambique em dezembro de 2000, com o objetivo de importar, exportar, cortar e processar produtos florestais legais, assim como realizar outras atividades agroindustriais. Seus principais sócios são os cidadãos chineses Liu Chaoying e Yang Yuanwu Jefe.³⁶

Em inúmeras ocasiões, MOFID foi pega tentando exportar madeira em tora para China.³⁷ Apesar disso, MOFID continua infringindo as leis moçambicanas de maneira insolente, aparentemente protegida por aliados políticos de alto nível.

Durante a reunião com o gerente da MOFID, Liu Chaoying, os investigadores descobriram que MOFID foi uma das primeiras empresas madeireiras que se estabeleceram em Pemba, que a empresa possui concessões florestais de aproximadamente 1 milhão de hectares nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, e que exporta mais de 200 containers de madeira por mês.

Liu também confirmou que a sua companhia é uma das poucas que ainda é capaz de exportar ilegalmente grandes volumes de madeira de 1ª classe em tora para a China. Quando indagado por EIA se ele poderia exportar uma espécie de 1ª classe denominada Chanfuta em tora, Liu respondeu: “Claro. É só uma questão de preço”, implicando uma clara infração da lei moçambicana.³⁸

A reunião também revelou a facilidade com a qual MOFID evade as inspeções dos oficiais governamentais. Quando advertido por um de seus sócios sobre a visita iminente de oficiais do Ministério da Agricultura ao seu depósito de madeira, Liu disse que iria excepcionalmente carregar os containers com pau preto no dia da visita, cuja exportação é autorizada.

Uma ligação telefônica da EIA para uma empresa chinesa afiliada a MOFID, em novembro de 2012, confirmou que esta empresa estava estocando madeira em tora de 1ª classe proibida de Moçambique na China.

Liu alegou que a sua relação próxima com o atual ministro da agricultura – José Pacheco – ajudou-lhe a garantir concessões florestais, vangloriando que “eu e ele somos como irmãos”. Os dois teriam se conhecido quando Pacheco foi governador de Cabo Delgado e Liu estava instalando sua empresa nesta província. Liu acrescentou que “quando ele (o Ministro) não tem dinheiro, ele busca por mim”.

De fato, EIA descobriu que o ministro Pacheco visitou Liu três vezes recentemente, já que a conferência do partido Frelimo foi organizada em Pemba, no período da visita da EIA. Durante um tour pelo seu depósito de madeira, Liu revelou que a presença do presidente de Moçambique em Pemba para o congresso da Frelimo tinha freado temporariamente as exportações ilegais de madeira em tora da MOFID. Ele afirmou: “Uma vez o presidente parta, não vai haver problema. Além disso, meu amigo (Pacheco) está aqui, e eu não quero colocá-lo em uma situação delicada”.

Esta relação próxima entre um importante contrabandista de madeira e o ministro responsável pela inspeção do setor florestal em Moçambique é de imensa preocupação.



Liu Chaoying,
chefe da Mofid

© EIA

Senlian

“O ministro vai resolver isto para mim”

Em Pemba, os investigadores da EIA também se reuniram com o Sr. Xu da Senlian Corporation, uma subsidiária da empresa estatal chinesa Shanghai Senlian Timber Industrial Development Co. Ltd. De acordo com Xu, a companhia possui concessões florestais de 60.000 hectares em Cabo Delgado e Niassa, e exporta ao redor de 800 containers de madeira para China anualmente.

Senlian também conta com um apadrinhamento político influente. Durante a reunião na casa do Sr. Xu, os investigadores da EIA foram apresentados a Tomas Mandlate, ex-ministro da agricultura e atual deputado,³⁹ quem estava se hospedando na casa de Xu, durante o congresso da Frelimo. Mandlate explicou que o seu papel era “ajudar a companhia a resolver alguns problemas”, enquanto Xu posteriormente explicou que Mandlate “se encarrega do trabalho de intermediação ... tal como, quotas de exportação, concessões florestais”, pelo qual ele recebe “um salário mensal” e uma participação na companhia.

Um “problema” enfrentado por Senlian ocorreu em abril de 2012, quando 34 containers de madeira ilegal foram apreendidos durante a exportação, devido a uma denúncia de uma companhia rival chinesa. Como resultado, Senlian incorreu em altas multas e sofreu perdas financeiras, levando a companhia a suspender o carregamento de madeira ilegal pelo resto do ano.

Antes desta apreensão, o movimento de vendas anual da companhia em Moçambique era de aproximadamente \$15 milhões, principalmente derivado da exportação anual para a China de até 800 containers das espécies de madeira de 1ª classe em tora Wenge, Pau Ferro e Mondzo, contradizendo as leis moçambicanas de exportação de madeira.

Xu, no entanto, disse que estava trabalhando com Mandlate para retomar o carregamento de madeira ilegal: “Eu estava justamente discutindo com o ministro mais cedo... ele vai resolver esta situação para mim no próximo ano”.

Quando indagado como Mandlate contornaria os controles de exportação de madeira para a companhia, Xu afirmou “ele já foi ministro da agricultura... todos os diretores nesta província estão abaixo dele”, acrescentando “isto envolve definitivamente a emissão de quotas... e o estabelecimento de contatos com pessoas, e então as coisas saem”. Consultado por que no próximo ano, Xu revelou que “porque no próximo ano vai haver eleições”, claramente sugerindo que a provisão de fundos para as campanhas políticas resultaria num alto nível de autorização do contrabando de madeira.

Mandlate também é o presidente de uma companhia que possui um terminal especial de exportação no Porto de Nacala: um depósito de 8.000 toneladas, o qual oferece serviços de armazenamento, transporte e processamento de trâmites alfandegários⁴⁰ Mandlate também tem participação numa companhia chamada Holamale, licenciada para explorar produtos florestais.⁴¹ Estes negócios e ligações com Senlian alegados durante a reunião com EIA apresentam um claro conflito de interesse entre o atual posto de Mandlate como deputado, eleito para representar o interesse comum, e seus interesses privados. Mandlate negou seu envolvimento no comércio ilegal de madeira com o Sr. Xu.⁴²



© EIA



© EIA

TOPO:

Deputado Thomas Mandlate com o Sr Xu da Senlian.

ACIMA:

O armazém de madeira da Senlian.

Container da Fan Shi sendo carregada sem a supervisão dos fiscais florestais.



© EIA

Fan Shi

Pagamentos para “clandestinamente liberar as mercadorias na alfândega”

EIA encontrou Fan Shi Timber pela primeira vez em Guangdong, no sul da China, em abril de 2012, ao reunir-se com Fan Liyu de Huadian Timber, entendendo que a companhia lidava com madeira de Myanmar. EIA descobriu que a empresa estava atualmente obtendo madeira de Moçambique para abastecer a demanda de fabricantes de móveis na China. Fan explicou que Fan Shi Timber é um negócio de três familiares de Fujian: Fan Guoyong, Fan Jinglin e Fan Jinghui. Nenhuma das três companhias possui concessões florestais em Moçambique e afirmam que contam com cotas de corte para espécies e volumes específicos, negociados e adquiridos do Ministério da Agricultura.

Com exportações mensais de aproximadamente 100 containers por companhia, Fan Shi exporta entre 3.000-4.000 containers para a China anualmente, principalmente Mondzo, Chanate e Pau Ferro. De acordo com Fan Liyu, as propinas são pagas rotineiramente aos oficiais da alfândega de Beira para facilitar as exportações e “secretamente liberar as mercadorias na alfândega”.

Em setembro de 2012, em Moçambique, EIA observou grandes quantidades de madeira nos armazéns da Fan Shi nos arredores de Beira. Num dos armazéns, um trabalhador informou aos investigadores do EIA que a companhia já não exportava madeira em tora, pois as autoridades estavam sendo mais estritas com os infratores, impondo multas mais duras. No entanto, EIA observou containers sendo carregados com madeira serrada que excedia a grossura permitida. Além do carregamento ilegal de madeira, Fan Shi também infringiu as leis moçambicanas nesta ocasião por não contar com fiscais florestais no momento de carregar os containers, como requerido pelos procedimentos de exportação de Moçambique.⁴³

Pingos Marinha

“Este é o nosso segredo”

Outra companhia localizada em Pemba que a EIA encontrou é a Pingos Marinha, dirigida pelos irmãos Zheng Fei and Zheng Xudong. A companhia administra duas concessões em Cabo Delgado e exporta aproximadamente 1.000 containers de madeira por ano para a sua companhia afiliada Dongguan Yetong Trading, localizada em Guangdong.

De acordo com Zheng Xudong, a companhia havia exportado regularmente Wenge e outras madeiras de 1ª classe para a China até fevereiro de 2012, quando as autoridades começaram a restringir o carregamento ilegal de madeira.

No entanto, a companhia ainda contorna as leis de exportação ao esculpir as laterais de blocos de madeira que estão acima da espessura permitida e reclassificá-los como “produtos acabados”. Depois de explicar esta fraude, Zheng disse: “Este é o nosso segredo. Quando vocês estiverem lá fora, não contem isto para ninguém”.

Zheng Fei também é proprietário de uma companhia chamada Casa Bonita Internacional,⁴⁴ cuja licença foi recentemente cancelada por haver exportado madeira ilegalmente.⁴⁵ Apesar disso, em março de 2012, uma concessão de 20.000 hectares foi emitida a Pingos.⁴⁶ Parece estranho que as autoridades tenham outorgado a Zheng uma nova concessão, considerando que as leis florestais estipulam que se deve verificar se o requerente de uma concessão não possui infrações anteriores no seu nome.⁴⁷ As autoridades moçambicanas de licenciamento parecem esquecer rapidamente os crimes de contrabandistas.



Zheng Xudong, chefe da Pingos

© EIA

Verdura Ida

“você paga um custo extra por isso”

Verdura possui três sócios operando nos portos de Quelimane, Beira e Nacala, exportando aproximadamente 170 containers com troncos de Mondzo, Chanate, Pau Ferro por mês para a província de Guandong, na China.

EIA encontrou o sócio de Beira, Abhishek Lal, quem revelou que Verdura teve 70 containers apreendidos em Nacala em 2011, contendo madeira ilegal em tora de 1ª classe, e que desde então tem sido difícil exportar madeira de 1ª classe em tora, devido a repressão governamental. Em resposta a esta repressão, Abhishek começou a carregar espécies ilegais de primeira classe de madeira incorretamente serrada atrás do container, escondido por madeira corretamente serrada na frente, assim ocultando o crime cometido. Ele mostrou aos investigadores da EIA fotos de como ele comete este crime: “Isto agora é Jambirre, e estes são os containers que eu ofereço. Em cada container, na parte traseira, eu ponho 25 troncos maiores [ilegais], e o resto [na frente] são as madeiras das espessuras permitidas. Estas aqui [os troncos ilegais] são \$50-60 mais caros que as madeiras de espessura permitida.”

Abhishek também alegou que ele exporta mais de 40 containers deste tipo por mês. Quando a EIA perguntou se as autoridades não verificam os containers, Abhishek respondeu que “eles verificam - você paga um custo extra por isso,” demonstrando como os madeireiros ainda conseguem evadir os requisitos de exportação com pagamentos de suborno.

As companhias da família Tsou

Documentos fraudulentos

Ken e Tina Tsou são sócios de varias companhias,⁴⁸ alguns dos quais foram implicados no comercio ilegal de madeira.

Uma das companhias, a Green Timber, foi criada em 2001 para fins de importação e exportação,⁴⁹ possuindo concessões nas províncias de Manica⁵⁰ e Nampula e exportando a maioria de sua madeira a China.⁵¹ Vários artigos foram publicados na prensa nacional alegando uma diversidade de crimes cometidos pela Green Timber, incluindo a evasão de pontos de inspeção,⁵² utilizando conhecidos nos portos de Moçambique para facilitar o contrabando ilegal de toras,⁵³ ilegalmente cortando dentro de uma reserve nacional,⁵⁴ construindo pontes ilegais para facilitar o contrabando de toras ilegais,⁵⁵ utilizando armazéns clandestinos de madeira⁵⁶ e cortando acima dos volumes permitidos.⁵⁷ Outros jornalistas também escreveram sobre as alegadas praticas ilegais da Green Timber.⁵⁸

Documentos obtidos pela EIA⁵⁹ demonstram os métodos utilizados pelo Tsous para exportar ilegalmente através de uma variedade de companhias.⁶⁰ Um documento de exportação adquirido pela EIA mostra 40 containers de toras de 1a classe sendo enviados por navio de Hong Kong a Shatian, no sul da China, a companhia China Meheco Import & Export Corporation. Este importador chinês e uma subsidiária da companhia estatal China Meheco Corporation, que esta registrada na bolsa de valores de Shanghai.⁶¹ Este carregamento originou de Moçambique, e foi ilegalmente exportado do porto de Nacala por uma companhia chamada Oceanique Lda, com um dos proprietários sendo a Tina Tsou.⁶² Este caso demonstra como companhias estatais da China conseguem contrabandear madeira de Moçambique através do uso de documentos fraudulentos.



© EIA



© EIA

TOPO:

Abhishek Lal de Verdura demonstrando aos investigadores da EIA como ele ilegalmente exporta madeira em tora de primeira classe.

ACIMA:

Container de madeira ilegal de Mocambique, Porto de Shatian, sul da China, janeiro 2011.

FALTA DE APLICAÇÃO DA LEI

Em 2007, o governo moçambicano começou a responder construtivamente ao contrabando ilegal de madeira, com várias apreensões de madeira ilegal, principalmente de comerciantes chineses. As apreensões mais significativas incluíram:

Janeiro 2007: As autoridades do porto de Pemba em Cabo Delgado apreenderam 47 containers de mais de 1,000 toras ilegais de madeira. As toras pertenciam a companhia chinesa Mofid;⁶³

Janeiro 2009: Quatro companhias foram multadas por tentar exportar 958 metros cúbicos de toras a China do porto de Pemba. As companhias – Mofid, Pacifico, Kingsway e Tienhe – eram todas Chinesas;⁶⁴

Dezembro 2011: As autoridades de Pemba detiveram o navio Kota Mawar depois que 161 containers de toras ilegais foram descobertas. Os containers pertenciam as companhias Mofid, Tienhe, Pacifico, Senlian e Alphaben;⁶⁵

July 2011: 501 containers de madeira ilegal foram apreendidas no porto de Nacala na província de Nampula a caminho da china. As companhias chinesas envolvidas no contrabando incluíram: Casa Bonita, Zhen Long, Chanate, Senyu, Tong Fa e Yihou;⁶⁶

Janeiro 2012: As autoridades alfandegarias de Maputo apreenderam 30 containers de toras ilegais no armazém de uma companhia chinesa chamada Heng Yi, que estava prestes a ser exportado ilegalmente para a China.⁶⁷

Apesar de terem sido pegos infringindo a lei, e depois de terem pagado as multas correspondentes, algumas das companhias mencionadas recompraram as suas toras apreendidas e as reenviaram à China com permissão oficial.⁶⁸

Além das apreensões, outras ações positivas do Governo moçambicano em contra do contrabando ilegal incluíram: o aumento das multas a ser pagos por infringir a lei, através da aprovação do Decreto 76/2011; a aprovação do regulamento da taxa de sobrevalorização da madeira, a qual tem como proposito desencorajar a exportação da madeira em tora.⁶⁹

Mesmo que elementos progressivos do governo moçambicano estão tentando regular o comercio de madeira com mais força, as investigações da EIA demonstram que este esforço esta sendo prejudicado por officas corruptos

que facilitam a exportação ilegal de madeira para madeireiros chineses.

A EIA calcula que os seis maiores madeireiros com quem reunimos em Moçambique exportam 228,000 metros cúbicos por ano.⁷⁰ 16,805 metros cúbicos mais que as exportações licenciadas em 2011.⁷¹

A bazófia de tais madeireiros sobre as suas exportações ilegais, utilizando o suborno e a fraude, desafia descaradamente os esforços do governo de reduzir as exportações ilegais de madeira. O aumento das multas para as infracções florestais não são suficientemente onerosos para os madeireiros que praticam o contrabando,⁷² com a maior multa sendo apenas \$33,783.⁷³

Ademais, este comercio ilegal esta promovendo a expansão do corte ilegal além do sustentável e para áreas mais remotas. Vários madeireiros com quem a EIA encontrou em Moçambique expressaram a preocupação que o estoque de madeira das espécies comerciais poderiam ser esgotados durante os próximos cinco a dez anos, e que o corte de madeira estava expandindo a províncias mais remotas como a Niassa e a Tete, enquanto que o estoque de madeira diminui em províncias como a Zambezia.

Existem artigos de lei que poderiam desincentivar o contrabando ilegal mas as quais não estão sendo utilizadas com muita frequência pelas autoridades. Por exemplo: Artigo 44 da Lei de Florestas e Fauna Bravia sobre a aplicação das penas de multa inclui: apreensão e cancelamento das autorizações emitidas em nome do infrator; suspensão, parcial ou total, das atividades causadoras da infracção; interdição de novas autorizações por período de um ano.⁷⁴

Nenhuma das companhias mencionadas sofreram a aplicação destas penas acessórias, e continuam agindo com impunidade apesar de seu envolvimento no comercio ilegal de madeira. Os esforços atuais do governo, enquanto que são louváveis, não estão utilizando todas as ferramentas legais na luta contra os contrabandistas.

Porto de Beira: um ponto central para exportações de madeira em Moçambique.





CONCLUSÕES

© EIA

Moçambique e um signatário da Declaração Ministerial de Yaoundé sobre a Aplicação da Legislação, Governação e Comércio no Sector Florestal (FLEGT), se comprometendo a 42 ações em contra do corte ilegal de madeira, a corrupção, e de promover a governança florestal.⁷⁵ Dado os problemas detalhados neste relatório, e claro que estes compromissos não foram alcançados.

As discrepâncias nos dados de exportação/importação dos volumes de madeira comercializados entre a China e o Moçambique demonstram a crescente escala das exportações ilegais, e como este contrabando promove o corte ilegal em Moçambique.

Os impostos perdidos devido a este comercio ilegal prejudica a capacidade do governo moçambicano de melhorar a aplicação das leis florestais e de controlar o corte da madeira, e ameaça os projetos de silvicultura comunitário que ajudam a resolver a pobreza rural.

Os esforços do governo de controlar o contrabando madeireiro, apreendendo mais carregamentos ilegais, reformando as leis que regulam as punições por crimes florestais e aumentando o imposto sobre a madeira em tora, esta sendo sabotado pela persistência dos contrabandistas que disfrutam da proteção política.

Estes problemas deveriam ter alertado as autoridades correspondentes da China e de Moçambique, resultando em uma investigação das ilegalidades envolvidas no comercio madeireiro entre os dois países.

O fato que estes problemas continuam afetando o controle adequado do setor florestal e uma tragédia para as florestas de Moçambique, e para as comunidades que usam as florestas para sobreviver.

ACIMA:

Armazém de madeira em Beira com espécies preciosas de madeira e espécies de primeira classe.

RECOMENDAÇÕES

O governo moçambicano deveria:

- Proibir imediatamente a exportação em tora de todas as espécies de madeira.
- Iniciar uma investigação cooperativa entre as autoridades chinesas e moçambicanas sobre as ilegalidades envolvidas no comércio de madeira entre os dois países.
- Iniciar uma investigação sobre a corrupção no setor florestal, incluindo o envolvimento de fiscais florestais, policiais e oficiais das alfandegas, incluindo as relações do atual Ministro da Agricultura, Jose Pacheco, e do Deputado Thomas Mandlate, com madeireiros.
- Investigar as exportações ilegais da madeira de 1ª classe das companhias MOFID, Senlian, Pingos Marinha, Fan Shi e Verdura.

- Fortalecer as multas das infracções florestais, para desencorajar ainda mais o crime florestal.
- Aumentar os números de fiscais florestais e melhorar a aplicação das regulações de exportação.

O governo chinês deveria:

- Proibir a importação da madeira ilegal.
- Colaborar com Moçambique na aplicação das leis de exportação de Moçambique e da importação a china.
- Garantir que as companhias estatais (incluindo a Senlian e Meheco) não estão exportando madeira ilegal de Moçambique, ou importando esta madeira de Moçambique a China.



REFERENCIAS

1. Africa Economic Outlook, Mozambique <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/countries/southern-africa/mozambique/>
2. Transparency International Corruption Perception Index, 2012 <http://cpi.transparency.org/cpi2012/results/>
3. United Nations Human Development Index Report, 2011, <http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi/>
4. Ministério para Coordenação de Acção Ambiental (Ministry of Coordination for Environmental Action - MICOA), Seminar on Natural Resources, Environment and Growth hosted by MICOA - February, 24th 2009
5. Ibid
6. Mozambique's Readiness Preparation Proposal (RPP) for the Forest Carbon Partnership Facility, March 2012.
7. Direcção Nacional de Terras e Florestas, Departamento de Inventário de Recursos Naturais, Inventarion Florestal Nacional, 2007, página 5
8. The context of REDD+ in Mozambique: Drivers, Agents and Institutions, Centre for International Forestry (CIFOR), 2012.
9. Sino-Mozambican Relations and their Implications for Forests: A Preliminary Assessment for the case of Mozambique, Center for International Forestry Research (CIFOR), 2012.
10. Sino-Mozambican Relations and their Implications for Forests: A Preliminary Assessment for the case of Mozambique, Center for International Forestry Research (CIFOR), 2012.
11. All Africa, Mozambique-China Trade Continues to Grow, 9/12/12, <http://allafrica.com/stories/201212090143.html>
12. Testimonio dos madeireiros Chineses com quem a EIA se reuniu em China e Mocambique em 2012
13. MacaHub, Exportação de madeira de Sofala rendeu a Mocambique 2,6 milhões de dólares em 2011 <http://www.macaHub.com.mo/pt/2012/02/24/exportacao-de-madeira-de-sofala-rendeu-a-mocambique-26-milhoes-de-dolares-em-2011/>
14. Sérgio Chichava, Mocambique na rota da China: Uma oportunidade para o desenvolvimento?; page 342, 2009 and the World Wildlife Fund; Mocambique and Tanzania unem esforços em pro da Conservação, April 2010, page 2
15. Direcção Nacional de Terras e Florestas, Relatório de Balanço Anual de Terras, Florestas e Fauna Bravia, 2009
16. Boletim da Republica No 27, 1 Série - 4o Suplemento, de 12 de Julho de 1999, Lei No. 10/99
17. Boletim da Republica, 1 Série - Numero 22, 6th of June 2002, Decree No 12/2002, Regulation of the Wildlife and Forest Law
18. Boletim da Republica No 31, 1 Série, Agosto de 2012, Decreto n.º 30/2012
19. Boletim da Republica de Mocambique 6 de Junho de 2002, 1 Série - Numero 22, Decreto no12/2002, Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia
20. Relatórios Anuais da Direcção Nacional de Terras e Florestas
21. Global Timber.org.uk
22. Missing Trade Records Signals Threat to Mozambique's Miombo Woodlands, CIFOR Forests News, 24 November 2012.
23. Estatísticas Mocambicanas da Direcção Nacional de Terras e Florestas, Relatório de Balanço Anual de Terras, Florestas e Fauna Bravia, 2007, 2008, 2010, 2011, & 2012. As estatísticas da China foram tomados de Global Timber.com - <http://www.globaltimber.org.uk/mozambique.htm>
24. Direcção Nacional de Terras e Florestas, Relatório de Balanço Anual de Terras, Florestas e Fauna Bravia, 2007, 2008, 2010, 2011, & 2012.
25. Uma conversão de 80% aplicado a 127,000 metros cúbicos de madeira serrada registados pela China chega a 152,400 metros cúbicos (Roundwood Equivalent - em inglês), acrescentado as importações de tora de 323,000 metros cubico = 445,000 metros cubico de tora necessário para todas as importações para a China (RWE).
26. Avaliação Integrada de Florestas Em Mocambique - Aifm; Inventário Florestal Nacional, April 2007.
27. Boletim da Republica, 1 Série - Numero 32, Lei n.º 7/2010: Cria a Taxa de Sobrevalorização da Madeira, abreviadamente designada TSM
28. Entrevistas com madeireiros indicam um rango de preço f.o.b. entre \$500/metros cúbicos (para madeira serrada de Umbila) a \$880/ metros cúbicos (para Pau Ferro em tora) para espécies de la classe (incluindo Pau Ferro, Mondzo, Jambirre entre outras - as quais estão mais em demanda na China).
29. Boletim da Republica, 1 Série - Numero 22, 6 Junio 2002, Decreto No 12/2002, Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia
30. Boletim da Republica de Mocambique 6 de Junho de 2002, 1 Série - Numero 22, Decreto no12/2002, Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia
31. Calculos baseados na discrepancia de 154.030 metros cubicos, e um imposto mediano de \$40/metro cubico.
32. Ministry for Foreign Affairs of Finland Unit for Southern Africa, Forest Sector Support Program in Mozambique, March 2009, page 9-10 (usando um calculo de conversão de Dólares Euros de 1.3028)
33. Mozambique's Readiness Preparation Proposal (RPP) for the Forest Carbon Partnership Facility, March 2012, página 65
34. Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS)
35. Boletim da Republica, 1 Série - Numero 22, 6 de Junio 2002, Decree No 12/2002, Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia
36. Boletim da Republica nº 50, III Série, Supl of 13th December of 2000
37. Macau.blogs.com, Madeireiros contrariados com protecção de alguns, Pedro Nacu, 2011, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/01/madeireiros-contrariados-com-proteccionismo-de-alguns.html?asset_id=6a00d83451e35069e20147e196573b970b
38. Boletim da Republica, 1 Série - Numero 22, 6th of June 2002, Decree No 12/2002, Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia (Artigo 12 para 2+3 diz que: 2. S6 é permitida a exportação de madeira das espécies de primeira classe após o seu processamento nos termos do presente Regulamento)
39. Thomas Mandiate, Deputado e membro da FRELIMO: http://www.parlamento.org.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=39:lista-de-deputados-da-bancada-parlamentar-da-frelimo&catid=20&Itemid=258&showall=1&limitstart=
40. Mining Review.com, First Terminal for Nacala, <http://www.miningreview.com/node/20275>
41. Boletim da Republica nº 29, III Série, 2º Supl. de 20 de Julho de 2012 - pag. 936-(66) <http://www.panbox.co.mz/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=hermes/pesquisaf.xis&formato=1&contador=&expressao1=Tom%20%20Frederico%20Mandiate&details=1&login=karl&tipo=3>
42. Savana, Emídio Beula, Exportação ilegal de madeira continua, 07.12.2012
43. O Quadro Legal Para Importação e Exportação em Mocambique, Associação de Comércio e Industria, 2008 (page 31)
44. Boletim da Republica nº 3, III Série de 17 de Janeiro de 2006 - pag. 65, <http://www.panbox.co.mz/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=hermes/pesquisaf.xis&formato=1&contador=&expressao1=Zheng%20Fei&details=1&login=karl&tipo=3>
45. Madeireiras mocambicanas e chinesas perdem licenças de exploração <http://noticias.sapo.cv/lusa/artigo/13286794.html>
46. Boletim da Republica nº 11, III Série de 19 de Marco de 2012
47. Artigo 27 para 2 do Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia de 2002 diz que: "2. Verificar a idoneidade do requerente, baseando-se na existência ou não de infracções nos termos do artigo 41 e seguintes da Lei n.º 10199, de 7 de Julho
48. Boletim da Republica de Mocambique No 12, Serie III, 21 de Marco de 2001, & Hermes, Base de dados do Boletim da Republica: <http://www.panbox.co.mz/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=hermes/pesquisaf.xis&formato=1&contador=&expressao1=Ken%20James%20Tou&details=1&login=karl&tipo=3>
49. Hermes, Base de dados do Boletim da Republica sobre as companhias registradas, <http://www.panbox.co.mz/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=hermes/pesquisaf.xis&formato=1&contador=&expressao1=Ken%20James%20Tou&details=1&login=karl&tipo=3>
50. Boletim da Republica, Suplemento 4, Serie III, Numero 3, Janeiro 2007
51. McKenzie, Catherine, Chinese Takeaway, 2004
52. Centro de Integridade Publica, Relatório Anual de Controlo da Corrupção em Mocambique, 2008, página 15
53. Anuncio da Silviva, Mocambique Magazine, Exportação de madeira não processada é uma realidade, 29 de dezembro de 2008.
54. União Africano, Mozambique: Registadores ilegais prendidos em Zambezia, 2009, <http://www.union-africaine.org/pt/mozambique-registadores-ilegais-prendidos-em-zambezia.html>
55. McKenzie, Catherine, Tristeza Tropical, 2009, página 25.
56. Fernando Gil, Apreendidos 2500 mil toros de madeira ilegal: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/05/apreendidos-2500-mil-toros-de-madeira-ilegal.html
57. O País, Empresa chinesa Green timber multada em 200 mil metcais, 17.07.2012, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/07/empresa-chinesa-green-timber-multada-em-200-mil-metcais.html
58. Valoi, Estacios, Lideres convites no saque da Madeira, July 2011, <http://valoi.blogspot.co.uk/2011/07/lideres-convites-no-saque-da-madeira.html>
59. Esta informação esta disponível a solicitação- por favor contatem a EIA usando os contatos encontrados na nossa pagina web: <http://www.eia-international.org/>
60. Carvalho, Nelson, Mocambique para Todos, Uma vez mais - Gerais no tráfico de madeira, 24/07/11, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/07/uma-vez-mais.html
61. <http://www.meheco.com/>
62. Boletim da Republica nº 18, III Série de 30 de Abril de 2003 - pag 761, <http://www.panbox.co.mz/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=hermes/pesquisaf.xis&formato=1&contador=&expressao1=Tina%20Cngela%20Tou&details=1&login=karl&tipo=3>
63. Agencia de Informacao de Mocambique, Over a thousand logs seized in Pemba port, February 2, 2007
64. Agencia de Informacao de Mocambique, Timber companies fined over illegal exports, January 9, 2009
65. Agencia de Informacao de Mocambique, Illegal export of timber blocked, 13 January 2011
66. Agencia de Informacao de Mocambique, Revenue authority formalizes seizure of timber containers, 11 August 2011
67. All Africa, Mozambique: Customs Seize Containers of Illegal Logs, <http://allafrica.com/stories/201301120039.html>
68. Agencia de Informacao de Mocambique, Illegal logs sold back to companies, November 26, 2011 (as companhias referidas eram: Casa Bonita, Zhen Long, Chanate, Senyu, Tong Fa e Yihou)
69. Decreto 21/2011, regulamento da taxa de sobrevalorização da madeira
70. Senlian, Fan Shi, Mofid, Pinhos, Verdura, Almanaque de exportar um total de 11,440 containers de madeira a China cada ano. A EIA presumiu que para cada container, se carrega 20 metros cúbicos de madeira - informação derivado desta fonte: <http://www.linkedin.com/groups/UMBILA-WOOD-BOARDS-SALE-Origin-2354777.S.44187616>
71. Direcção Nacional de Terras e Florestas, Relatório de Balanço Anual de Terras, Florestas e Fauna Bravia, January 2011, page 11 (exportações licenciadas foram 211,995 metros cúbicos para este ano)
72. Boletim da Republica, 1 Série - Numero 52, 30 de Dezembro de 2011, Decreto No 76/2011, página 3-4
73. Usando uma conversão de 29.6 Metcais por cada \$: http://coinmill.com/MZN_USD.html#MZN=3130000
74. Boletim da Republica No 27, 1 Série - 4o Suplemento, de 12 de Julho de 1999, Lei No. 10/99
75. Africa Forest Law Enforcement And Governance (AFLEG) Ministerial Conference 13 -16 October, 2003, Ministerial Declaration Yaoundé, Cameroon October 16, 2003

ENVIRONMENTAL INVESTIGATION AGENCY (EIA)

62/63 Upper Street
London N1 0NY, UK

Tel: +44 (0) 20 7354 7960

Fax: +44 (0) 20 7354 7961

email: ukinfo@eia-international.org

www.eia-international.org



EIA - WASHINGTON, DC

PO Box 53343
Washington, DC 20009 USA

Tel: +1 202 483-6621

Fax: +1 202 986-8626

email: info@eia-global.org

www.eia-global.org